

**Ata da 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) Reunião Ordinária  
do Conselho Fiscal do Itupeva Previdência  
(Gestão 2019 – 2022)**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta e um minutos, em primeira chamada, na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itupeva, situado na Rua Juliana de Oliveira Borges nº 79 –Parque das Vinhas – Itupeva – SP realizou-se a vigésima sexta reunião ordinária do **CONSELHO FISCAL DO ITUPEVA PREVIDÊNCIA** (gestão 2019 - 2022). Estiveram presentes os conselheiros: Andressa Juliana Boldrin (conselheira presidente), Eduardo Sieiro Lungov (conselheiro titular), Mariana Campanholi de Godoy (conselheira titular), Fabiana Gislaïne Cobucci (conselheira suplente), Andrea Fernandes Ferrari (conselheira titular), Elian Ribeiro de Campos (conselheira titular), Cristina Marie Kasai Hirose (conselheira suplente), Jaqueline Salvador Leite (conselheira suplente) e Gabriela Polli dos Santos (conselheira suplente). Participou também desta reunião a Diretora Presidente Juliane Bonamigo. Os trabalhos foram presididos pela Presidente do Conselho Fiscal e tiveram como pauta as verificações das atividades referentes ao mês de JANEIRO de 2021. **EXPEDIENTE: (1)** as assinaturas na ata da 25ª reunião ordinária do Conselho Fiscal (gestão 2019-2022) foram colhidas; **(2)** foi verificada a lista contendo quinze contratos vigentes no valor total mensal de R\$ 25.590,34, incluindo custos com energia elétrica (CPFL) e com abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgoto sanitário (SABESP). Foi firmado um contrato para a realização de perícias médicas aos segurados do Itupeva Previdência para fins de averiguação da capacidade laborativa para a instrução de processos administrativos de aposentadoria por invalidez. O pagamento deste contrato é realizado por demanda no valor de R\$ 900,00 por perícia, o qual não ocorreu demanda no mês de janeiro de 2021; **(3)** no mês janeiro de 2021 não houve aditivo contratual; **(4)** não foi utilizado o pronto pagamento no mês de janeiro de 2021; **(5)** o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itupeva possui atualmente 6 funcionários com o custo de folha de pagamento no valor bruto, incluindo os encargos sociais, no valor de R\$ 52.821,76; **(6)** as

compras diretas realizadas no mês de janeiro de 2021 foram: pagamento da taxa anual da Apeprem no valor de R\$ 550,00 e a compra de água mineral em galão no valor de R\$ 66,40; **(7)** foram abertos 8 processos administrativos e foram mantidos 10 processos em tramitação; **(8)** foi verificado que a Certidão de Regularidade Previdenciária do Itupeva Previdência está vencida e não foi possível a sua renovação devido aos débitos previdenciários; **(9)** foram verificadas as regularidades da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas até 15/08/2021, do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF até 08/03/2021, da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União até 17/07/2021 e da Certidão de Tributos Estaduais até 18/08/2021; **(10)** no fundo financeiro há 633 servidores ativos da Prefeitura, 8 servidores ativos da Câmara Municipal e 1 pensionista. No fundo previdenciário há 849 servidores ativos da Prefeitura, 14 servidores ativos da Câmara Municipal e 2 pensionistas. Cabe ressaltar que, por meio do processo administrativo nº 23/2020 será avaliada a correta filiação ao plano de custeio de servidor que assumiu, através de concurso público, novo cargo. No fundo financeiro ocorreu a exoneração de um servidor por falecimento e no fundo previdenciário ocorreu a exoneração de um servidor; **(11)** em relação ao cadastramento dos servidores: está faltando o cadastramento de 12 servidores; **(12)** em relação ao patrimônio mobiliário, há 83 itens com o valor depreciado de R\$ 64.411,10; **(13)** no fechamento do mês foi verificado o patrimônio financeiro de R\$ 75.492.986,48; **(14)** foi verificado os seguintes débitos correntes da PMI do fundo financeiro referente ao repasse da parte do servidor do mês décimo terceiro salário (vencido em 30/12/2020) no valor originário de R\$ 449.753,79 e do mês de dezembro (vencido em 20/01/2021) no valor originário de R\$ 449.751,37; **(15)** foi verificado os seguintes débitos correntes da PMI do fundo previdenciário referente ao repasse do décimo terceiro salário (vencido em 30/12/2020) no valor originário de R\$ 422.812,87 e do mês de dezembro (vencido em 20/01/2021) no valor originário de R\$ 430.025,98. Os débitos da cota do servidor dos fundos financeiro e previdenciário totalizam o valor de R\$ 1.752.344,01; **(16)** foi verificado os seguintes débitos correntes da PMI do fundo previdenciário correspondente a

parte patronal do mês de março de 2020 (vencido em 20/04/2020) no valor originário de R\$ 447.491,49, referente a parte patronal do mês de abril de 2020 (vencido em 20/05/2020) no valor originário de R\$ 451.407,85, referente a parte patronal do mês de maio de 2020 (vencido em 20/06/2020) no valor originário de R\$ 457.368,01, referente a parte patronal do mês de junho de 2020 (vencido em 20/07/2020) no valor originário de R\$ 458.013,18, referente a parte patronal do mês de julho de 2020 (vencido em 20/08/2020) no valor originário de R\$ 457.087,19, referente a parte patronal do mês de agosto de 2020 (vencido em 20/09/2020) no valor originário de R\$ 456.933,02, referente a parte patronal do mês de setembro de 2020 (vencido em 20/10/2020) no valor originário de R\$ 455.841,96, referente a parte patronal do mês de outubro de 2020 (vencido em 20/11/2020) no valor originário de R\$ 457.688,89; referente a parte patronal do mês de novembro de 2020 (vencido em 20/12/2020) no valor originário de R\$ 458.174,73 e referente a parte patronal do décimo terceiro salário (vencido em 30/12/2020) no valor originário de R\$ 453.014,08; **(17)** foi verificado os seguintes débitos correntes da PMI do fundo financeiro correspondente a 65% da cota patronal do mês de março de 2020 (vencido em 20/04/2020) no valor originário de R\$ 225.571,24, referente a parte patronal do mês de abril de 2020 (vencido em 20/05/2020) no valor originário de R\$ 446.507,21, referente a parte patronal do mês de maio de 2020 (vencido em 20/06/2020) no valor originário de R\$ 446.658,90, referente a parte patronal do mês de junho de 2020 (vencido em 20/07/2020) no valor originário de R\$ 447.542,90, referente a parte patronal do mês de julho de 2020 (vencido em 20/08/2020) no valor originário de R\$ 448.067,16; referente a parte patronal do mês de agosto de 2020 (vencido em 20/09/2020) no valor originário de R\$ 447.447,46, referente a parte patronal do mês de setembro de 2020 (vencido em 20/10/2020) no valor originário de R\$ 453.747,51, referente a parte patronal do mês de outubro de 2020 (vencido em 20/11/2020) no valor originário de R\$ 446.722,80, referente a parte patronal do mês de novembro de 2020 (vencido em 20/12/2020) no valor originário de R\$ 448.422,09 e referente a parte patronal do décimo terceiro salário (vencido em 30/12/2020) no valor originário de R\$ 449.753,09. Os débitos da cota patronal

dos fundos financeiro e previdenciário totalizam o valor de R\$ 8.813.511,46 e os pagamentos estão suspensos pela lei municipal nº 2.190 de 1º de setembro de 2020; **(18)** foi verificado os débitos correntes da PMI referente à taxa de administração do mês de abril/2020 (vencido em 20/04/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58, do mês de maio/2020 (vencido em 20/05/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58, do mês de junho/2020 (vencido em 20/06/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58, do mês de julho/2020 (vencido em 20/07/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58, do mês de agosto/2020 (vencido em 20/08/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58, do mês de setembro/2020 (vencido em 20/09/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58, do mês de outubro/2020 (vencido em 20/10/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58 e do mês de novembro/2020 (vencido em 20/11/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58 e do mês de dezembro/2020 (vencido em 20/12/2020) no valor originário de R\$ 162.668,58, totalizando o débito de R\$ 1.464.017,22 referente ao ano de 2020 e também foi verificado débito corrente da PMI referente à taxa de administração do mês de janeiro/2021 (vencido em 20/01/2021) no valor originário de R\$ 173.452,22; **(19)** foi efetuado, por meio do bloqueio do FPM, o repasse da contribuição do servidor do fundo financeiro referente ao mês de outubro de 2020 (com vencimento em 20/11/2020) em 20/01/2021 no valor de R\$ 233.231,92. Foi efetuado, por meio de bloqueio do FPM, o repasse da contribuição do servidor do fundo financeiro referente ao mês de novembro de 2020 (com vencimento em 20/11/2020) em 29/01/2021 no valor de R\$ 466.595,15. Foi efetuado, por meio de bloqueio do FPM, o repasse da contribuição do servidor do fundo previdenciário referente ao mês de novembro de 2020 (com vencimento em 20/11/2020) em 29/01/2021 no valor de R\$ 444.959,78. Em relação à Câmara Municipal e ao Itupeva Previdência, as contribuições previdenciárias estão em dia; **(20)** referente aos parcelamentos, foram efetuados o pagamento da parcela 52/60 referente ao acordo nº 677/2016 (vencimento em 29/01/2021) no valor de R\$ 35.639,25; da parcela 52/60 referente ao acordo nº 678/2016 (vencimento em 29/01/2021) no valor de R\$ 20.640,66; da parcela 39/60 referente ao acordo nº 1641/2017 (vencimento em

29/01/2021) no valor de R\$ 12.699,24; da parcela 39/60 referente ao acordo nº 1642/2017 (vencimento em 29/01/2021) no valor de R\$ 19.138,47; da parcela 11/30 (vencimento em 15/01/2021) referente ao acordo nº 158/2020 no valor de R\$ R\$ 64.199,20; da parcela 11/30 (vencimento em 15/01/2021) referente ao acordo nº 159/2020 no valor de R\$ 83.992,90; **(21)** foi verificado que os investimentos obtiveram rendimento negativo de -0,60 % não atingindo a meta do mês (de 0,68%) e que as aplicações dos recursos financeiros estão de acordo com as diretrizes da resolução Bacen nº 3922/2010 alterada pela resolução Bacen nº 4392/2014 e da política de investimentos de 2021; **(22)** foi verificado que o Instituto manteve suas aplicações enquadradas na Resolução Bacen nº 3.922/2010 alterada pela resolução BACEN nº 4392/2014 e registrou um desempenho negativo no mês de R\$ 454.949,59 e acumulado no ano de 2021 de R\$ -454.949,59; **(23)** foram verificados os balancetes de receitas e despesas, o relatório de atividades e o relatório de investimentos; **(24)** a Diretora Presidente disponibilizou o relatório de avaliação de investimentos elaborados pelo Comitê de Investimentos referente ao mês de dezembro de 2020, o qual foi analisado pelos conselheiros presentes; **(25)** a Diretora Presidente comentou que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o parcelamento dos débitos patronais, os quais foram suspensos os recolhimentos por meio da lei municipal nº 2190/2020, em 47 parcelas com início em março de 2021 e término em dezembro de 2024. Está aguardando a aprovação do parcelamento pela Secretaria de Previdência. A Diretora Presidente informou ainda que a Prefeitura se comprometeu a quitar os parcelamentos 677/2016, 678/2016, 1641/2017 e 1642/2017 até o dia 15 de março de 2021; **(26)** conforme o regimento interno aprovado será realizado o controle de frequência dos conselheiros; **ACOMPANHAMENTOS: (1)** conforme a ata da 20ª Reunião do Conselho Fiscal, foi encaminhada ao Conselho Deliberativo o ofício nº 01/2020 recebido pela presidente do referido conselho em 02/09/2020. Estamos aguardando a resposta do Conselho Deliberativo que não foi recebida até a presente data; **(2)** conforme deliberação da 22ª reunião ordinária do Conselho Fiscal foi enviado ao Conselho Deliberativo o ofício nº 02/2020 recebido pela Diretora Administrativa Kattia Rodrigues de Moraes em

27/10/2020. Estamos aguardando a resposta do Conselho Deliberativo que não foi recebida até a presente data. **DELIBERAÇÕES:** (1) foi aprovado o texto da ata da 25ª reunião ordinária; (2) avaliando o relatório de investimentos do mês de janeiro de 2021, os conselheiros presentes averiguaram que os fundos de investimentos estão enquadrados na política de investimentos de 2021, o qual foi aprovado pelos conselheiros presentes; (3) foi avaliado o balancete de receitas referente ao mês de janeiro de 2021 e verificado a porcentagem do resultado mensal e do acumulado anual em relação ao orçado, concluindo que as receitas estão sendo prejudicadas pela ausência dos pagamentos devidos da cota patronal e do servidor bem como da taxa de administração por parte da Prefeitura Municipal de Itupeva, o qual foi aprovado pelos conselheiros presentes; (4) foi avaliado o balancete de despesas referente ao mês de janeiro de 2021 e verificado a evolução do orçamento conforme as rubricas; (5) o relatório de avaliação de investimentos elaborados pelo Comitê de Investimentos referente ao mês de dezembro de 2020, o qual após análise foi aprovado pelos conselheiros presentes. Faz parte integrante desta Ata o anexo I referente ao relatório de atividades e prestação de contas. Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais fez o uso da palavra, a reunião foi encerrada às onze horas e trinta minutos e para que tudo conste, eu, Andressa Juliana Boldrin ( ) secretariei a presente reunião e dou fé à presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros presentes. Esta ata é lavrada em duas vias de igual teor e possui sete páginas.

**ANDRESSA JULIANA BOLDRIN**  
Presidente do Conselho Fiscal  
Matrícula nº 2807

**JULIANE BONAMIGO**  
Diretora Presidente do Itupeva  
Previdência  
Matrícula nº 2091

**EDUARDO SIEIRO LUNGOV**  
Matrícula nº 3410  
(Titular)

**MARIANA CAMPANHOLI DE GODOY**  
Matrícula nº 7291  
(Titular)

*Ata da 26ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal (gestão 2019 – 2022)*

**FABIANA GISLAINE COBUCCI**

Matrícula nº 2828  
(Suplente)

**ANDREA FERNANDES FERRARI**

Matrícula nº 626  
(Titular)

7

**ELIAN RIBEIRO DE CAMPOS**

Matrícula nº 3421  
(Suplente)

**CRISTINA MARIE KASAI HIROSE**

Matrícula nº 6870  
(Suplente)

**JAQUELINE SALVADOR LEITE**

Matrícula nº 3016  
(Suplente)

**GABRIELA POLLI DOS SANTOS**

Matrícula nº 2512  
(Suplente)